

AGROPECUÁRIA

O Estado catarinense caracteriza-se por um número elevado de pequenas unidades agrícolas modernas e tecnificadas, que respondem por parcelas significativas de produtos agropecuários e mesmo de beneficiados. A estrutura distributiva dos estabelecimentos agropecuários catarinenses determina reflexos importantes sobre a diversidade e organização da produção, que serão, de forma genérica retratados a seguir.

No aspecto fundiário, o Estado de Santa Catarina é bastante peculiar: 96% dos estabelecimentos com área menor que 100 ha detêm 52% da área total, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 123
Proporção do Número e da Área dos Estabelecimentos, por Grupo de Área Total
Estado de Santa Catarina
1995

Grupos de Área Total (ha)	Proporção do Número de Estabelecimentos	Proporção da Área dos Estabelecimentos
Menos de 10	35,6	5,5
10 a Menos de 50	54,1	35,1
50 a Menos de 100	5,9	12,2
100 a Menos de 1000	4,1	31,4
1.000 a Menos de 10.000	0,3	15,2
10.000 e Mais	0,0	0,6

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995/96.

No Estado, há uma considerável proporção de proprietários como responsáveis pelos estabelecimentos agrícolas, tanto em número, 82%, como em área, 76%. Apesar da queda registrada, entre 1970 e 1995, na proporção de área dos estabelecimentos explorada por proprietários, nota-se que essa tendência declinante não foi substancial, já que se foi mantido o peso dos estabelecimentos explorados por proprietários em relação as outras condições de gestão. O que é significativo no período é o aumento da proporção da área gerida por administradores, que passou de 11,9% para 17,3%.

Tabela 124

Proporção do Número e da Área dos Estabelecimentos, segundo a Condição do Produtor
Estado de Santa Catarina
1970-1995

Condição do Responsável	1970		1995	
	Número de Estabelecimentos	Área dos Estabelecimentos	Número de Estabelecimentos	Área do Estabelecimentos
Proprietário	80,6	80,0	82,0	75,8
Arrendatário	10,1	4,5	8,8	4,0
Ocupante	6,7	3,6	6,6	2,9
Administrador	2,6	11,9	2,6	17,3

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96.

A tabela a seguir mostra, em boa medida, a elevação da área gerida pelos administradores, já que, no período em questão houve um crescimento da área média desses estabelecimentos. O aumento da área gerida pelos administradores reflete a expansão no Estado de empresas de médio e grande portes.

Tabela 125

Área Média dos Estabelecimentos, segundo a Condição do Produtor
Estado de Santa Catarina
1970 - 1995

Condição do Responsável	Área Média		Variação 70/95(%)
	1970	1995	
Proprietário	33,6	30,1	-10,6
Arrendatário	15,0	14,9	-0,4
Ocupante	18,3	14,1	-23,0
Administrador	158,7	213,0	34,2

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995/96.

A área total dos estabelecimentos compreende, segundo o Censo Agropecuário 1995/96, quase 70% da área territorial do Estado (9,54 milhões de ha). Por sua vez, a proporção de área dos estabelecimentos coberta por lavoura, pastagens plantadas, matas plantadas, terras em descanso e terras produtivas não utilizadas foi de 45%. Em contrapartida, temos 55% de área dos estabelecimentos que não foram significativamente alteradas por ação antrópica. Nesses casos, há que se atentar para a possibilidade do uso das

pastagens naturais (26%) e, ainda, para os casos de manejo sustentável de matas naturais, que perfazem 18% da área total.

Tabela 126
Utilização da Terra
Estado de Santa Catarina
1995

Categorias	Área (ha)	%
Lavouras	1.868.832	25,2
Pastagens Plantadas	541.669	7,3
Matas Plantadas	564.124	7,6
Áreas em Descanso	324.988	4,4
Área Produtiva Não Usada	249.863	3,4
Pastagens Naturais	1.927.609	26,0
Matas Naturais	1.345.539	18,1
Terras Inaproveitáveis	596.917	8,1
Total	7.419.541	100,0

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96.

Na tabela seguinte, observa-se o desempenho proporcional dos pequenos estabelecimentos (menos de 50 ha) na produção dos principais cultivos do Estado catarinense, no ano agrícola de 1995/96. Os pequenos estabelecimentos têm peso em quase todos os cultivos do Estado. Sua presença só não é marcante nos cultivos da soja e da maçã, lavouras que requerem muito capital, tecnologia sofisticada e equipamentos, e nas quais há uma nítida economia de escala. Já as lavouras de feijão, cebola e fumo, têm 67%, 91,08% e 93,2%, respectivamente, de sua produção originada em pequenos estabelecimentos. Em Santa Catarina, os pequenos estabelecimentos também se destacam em cultivos tradicionalmente associados, em outras regiões do país, a grandes estabelecimentos, como a cana-de-açúcar, o milho e o arroz, cuja produção maior – 86,1%, 70,4% e 66,7%, respectivamente –, se origina em pequenos estabelecimentos.

Tabela 127
 Proporção de Produção Originada em Estabelecimentos com Menos de 50 ha
 Estado de Santa Catarina
 1995

Lavouras	Proporção da Produção
Arroz	66,7
Batata Inglesa	43,3
Cana-de-Açúcar	86,1
Cebola	91,0
Feijão	72,8
Fumo	93,2
Milho	70,4
Soja	18,8
Maça	14,5

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995/96.

No mesmo ano agrícola, em termos da produção e efetivos da pecuária, a situação é semelhante, como mostra a tabela a seguir. Os pequenos estabelecimentos respondem por 83,3% da produção de leite e 54,9% da produção de ovos. Na distribuição dos efetivos, 81,5% das aves, 79,7% dos suínos e 57% dos bovinos originaram-se de estabelecimentos com menos de 50 ha. Baixa, no entanto, é a participação na distribuição dos ovinos, uma vez que esse ramo da pecuária requer maiores extensões de terra, sendo difícil na ovinocultura a substituição do manejo extensivo em pastagens por forragens cultivadas ou outras rações, práticas comuns na bovinocultura leiteira em pequenos estabelecimentos.

Em termos de padrão tecnológico, segundo o Censo Agropecuário de 1995/96, no ano agrícola de 1995, os indicadores do Estado apresentaram um desempenho satisfatório e bastante elevado, quando comparado com outros estados da Federação.

A respeito do uso de mecanização agrícola, o Censo Agropecuário 1995/96 mostra a existência, no Estado, de 63.145 tratores em 25% dos

estabelecimentos. Entretanto, 46% dos estabelecimentos declararam a utilização de força mecânica e 20% a locação de máquinas.

Quanto aos estabelecimentos que usaram fertilizantes químicos e orgânicos, a proporção atingiu quase 85%. Já a ocorrência do controle de pragas, também com uma proporção alta, por volta de 68% dos estabelecimentos – foi menor que a verificada para o uso de fertilizantes, cabendo ressaltar que, dentre estes, 85% declararam tal utilização de defensivos no controle de doenças em animais.

Tabela 128
Proporção da Produção e Efetivos da Pecuária Originada em
Estabelecimentos com menos de 50 ha
Estado de Santa Catarina
1995

Produção e Efetivos	Proporção da Produção e Efetivos
Leite	83,3
Ovos	54,9
Bovinos	57,2
Suínos	79,7
Aves	81,5
Ovinos	33,5

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995/96.

Em relação ao uso de técnicas de irrigação, observa-se sua utilização por apenas 7% dos estabelecimentos – cabendo à lavoura do arroz praticamente o total da área irrigada.

Os indicadores de assistência técnica atingiram o patamar de 65% dos estabelecimentos, e dentre aquelas que a ela recorreram, 57% obtiveram essa assistência de órgãos públicos.

Apesar do alto padrão tecnológico, os agricultores catarinense procuraram evitar o crédito agrícola: somente 19% dos estabelecimentos tomaram recursos para investimentos e apenas 16% tomaram crédito para custeio.

No meio rural catarinense destaca-se, ainda, conforme o Censo Agropecuário, a excelente cobertura de energia elétrica: do total de

estabelecimentos, apenas 16% não têm acesso a algum tipo de energia elétrica.

Evolução das Ocupações Agrícolas e Não-Agrícolas no Meio Rural Catarinense

Os Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)²⁰

As transformações estruturais das últimas décadas geraram uma nova dinâmica nas relações econômicas e sociais no meio rural brasileiro, que alterou fundamentalmente a estrutura e a composição do trabalho rural.

O mundo rural deixou de ser um espaço exclusivamente agrícola. Nele são desenvolvidas outras atividades, antes tipicamente urbanas, como é o caso da instalação de indústrias processadoras; de um sistema de serviços nas áreas de transporte, comunicação e lazer; além de programas governamentais de infra-estrutura. Este conjunto de “novas” atividades causa fortes impactos sobre o mundo do trabalho no meio rural. Surge daí o agricultor pluriativo, que passa a combinar as atividades agrícolas com as atividades não-agrícolas, como forma de complementar a renda familiar e também de gerar ocupação para o conjunto dos membros familiares.

Essas novas formas de utilização do espaço rural representam a perda do monopólio da agricultura como atividade básica da vida econômica e social, já que o conjunto de novas atividades leva, igualmente, à diferenciação de oportunidades, principalmente em relação ao mercado de trabalho e à geração de renda.

Destaca-se, assim, nas áreas rurais, a importância de uma nova forma de funcionamento do mercado de trabalho surgido em consequência do processo de flexibilização do mercado de trabalho geral e que tem como uma das suas características a descentralização da produção. Nesse sentido, há evidências de que o trabalho em domicílio está se desenvolvendo em várias áreas rurais, particularmente nos setores de confecção e têxteis.

²⁰Este item está baseado no texto “A dinâmica da pluriatividade e das ocupações rurais não-agrícolas em Santa Catarina nas décadas de 80 e 90”, escrito por Lauro Mattei, no âmbito do Projeto Rurbano.

No caso de Santa Catarina, que possui um dos menores índices de concentração fundiária do país e um sistema de produção concentrado nas unidades familiares, o processo de modernização agrícola apresenta algumas características importantes.

Dentre elas, as mudanças na dinâmica do trabalho rural já começam a ser visíveis, tendo em vista que as agroindústrias detêm um maior controle sobre o trabalho dos agricultores, abrindo a perspectiva para que estes se transformem em “empregados em domicílio”. Além disso, essas transformações provocam também um crescimento dos índices de flexibilização e de informalização do trabalho rural. Com isso, observa-se um aumento do número de agricultores com emprego fora das propriedades ou então envolvidos em atividades que já não mais se relacionaram diretamente à produção agrícola.

Diversos estudos apontam para a emergência da figura do colono-operário em algumas cidades próximas a Blumenau, nas quais o assalariamento industrial dos agricultores familiares era a única opção efetiva para garantir sua sobrevivência. Assim, a pluriatividade constitui-se em estratégia central para a reprodução das unidades familiares de produção. O fenômeno foi observado igualmente em Massaranduba (Litoral Norte de SC), cidade em que o colono-operário desloca-se diariamente de sua residência rural até as fábricas de motores na cidade de Jaraguá do Sul, enquanto as mulheres ocupam-se em atividades de costura das indústrias têxteis na própria residência. Concluiu-se, desse modo que boa parte da mão-de-obra familiar, desvinculando-se do processo produtivo direto na agricultura, passa a se ocupar com outras atividades, em sua maioria não-agrícolas.

Tal fenômeno pode ser explicado, em parte, pela característica do processo de industrialização, que facilita aos agricultores ou aos membros de sua família o trabalho assalariado nas fábricas têxteis ou nas indústrias de máquinas e equipamentos. Esse procedimento não provoca os tradicionais movimentos migratórios das populações rurais, uma vez que as pessoas podem continuar residindo no meio rural, devido à proximidade e à facilidade de locomoção até os novos locais de trabalho.

No Estado de Santa Catarina, à semelhança do que ocorre no país, verifica-se uma tendência de queda da População Economicamente Ativa (PEA) agrícola e um aumento da PEA não-agrícola. Nota-se que, no período 1992-98, a PEA agrícola apresentou uma forte queda no número de pessoas ocupadas (4,2% ao ano para os domicílios urbanos e 4,3% ao ano para os domicílios rurais), o que significou uma diminuição de aproximadamente 170 mil no número total de pessoas do Estado. O impacto dessa redução só não se fez sentir mais fortemente porque a PEA não-agrícola apresentou um crescimento vigoroso nesse mesmo período (cresceu a uma taxa de 3,3% ao ano nas áreas urbanas e de 3,5% ao ano nas área rurais), o que significou a incorporação de cerca de 320 mil pessoas ao mercado de trabalho. No meio rural, especificamente, cerca de 43 mil pessoas foram incorporadas à PEA não-agrícola, o que provocou uma elevação no patamar de participação das ocupações não-agrícolas no conjunto das ocupações rurais para aproximadamente 30%.

Tabela 129

População Ocupada (1), segundo a Área, Situação do Domicílio e Ramos de Atividade
Estado de Santa Catarina
1992-1998

Área, Situação do Domicílio e Ramo de Atividade	Em mil pessoas						1992/98 % a.a.
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	
Total	2.197	2.219	2.381	2.318	2.326	2.344	1,1 **
Urbano	1.388	1.427	1.612	1.546	1.611	1.648	2,9 ***
Agrícola	98	79	89	98	85	60	-4,2
Não-Agrícola	1.290	1.348	1.522	1.448	1.526	1.588	3,3 ***
Rural	809	792	769	772	715	697	0,6
Agrícola	629	617	567	528	501	495	-4,3 ***
Não-Agrícola	180	175	202	245	213	202	3,5 *

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Notas: ***, **, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Os dados da PNAD mostram que a maioria das pessoas residentes no meio rural e ocupadas em atividades não-agrícolas concentra-se, em ordem decrescente, nos seguintes ramos: indústria de transformação, prestação de serviços, indústria da construção, comércio de mercadorias e serviços sociais. Juntos, responderam os mesmos por aproximadamente 90% das ocupações não-agrícolas do Estado, em 1998. Salienta-se que apenas os ramos da

administração pública (10,2%), da indústria da construção (7,4%) e da indústria de transformação (3,8%) tiveram taxas anuais de crescimento significativas no período 1992-98.

O ramo da indústria de transformação, que ocupou mais de 40% da PEA rural não-agrícola catarinense em 1998, apresentou um forte crescimento, explicado pela grande expansão das indústrias ligadas ao processamento de produtos agropecuários no próprio meio rural, no qual as agroindústrias de carnes e de laticínios são muito expressivas. Além disso, há uma tradição da indústria alimentar caseira em algumas regiões do Estado (Vale do Itajaí, Litoral Norte e Sul), devido às habilidades artesanais dos agricultores – introduzidas pelos imigrantes e mantidas pelos seus descendentes –, o que possibilita agregar valor aos produtos originários das unidades familiares de produção. Também deve ser destacada a importância das indústrias de vestuário e de madeira na absorção da PEA rural, e conseqüente contribuição para o bom desempenho da indústria de transformação.

Tabela 130
População Rural Ocupada (1), segundo Ramos de Atividade
Estado de Santa Catarina
1992-1998

Ramos de Atividades	Em mil pessoas						
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1992/98 % a.a.
Total	180	175	202	245	213	202	3,5 *
Indústria de Transformação	75	70	85	89	94	83	3,8 **
Indústria da Construção	16	16	23	27	20	24	7,4 **
Outras Atividades Industriais	3	7	6	-	7	6	-
Comércio de Mercadorias	22	22	11	23	18	17	-3,3
Prestação de Serviços	37	32	43	56	39	40	3,8
Serviços Auxiliares	4	-	-	5	3	6	-
Transporte ou Comunicação	6	8	9	8	8	5	-1,2
Serviços Sociais	11	10	17	23	12	12	3,1
Administração Pública	5	6	6	9	8	8	10,2 ***
Outras Atividades	-	-	-	-	3	-	-

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Urbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Notas: ***, **, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

O ramo de prestação de serviços, que ocupou aproximadamente 20% da PEA rural não-agrícola, teve seu crescimento associado à expansão de novos tipos de ocupações, pouco tempo atrás praticamente impensáveis para as populações rurais, principalmente nos serviços domésticos.

O comportamento da indústria da construção, que respondeu por pouco mais de 10% do total das ocupações rurais não-agrícolas catarinenses em 1998, pode ser explicado pela expansão ao meio rural de uma rede de serviços públicos, sobretudo nas áreas de saúde e de educação, demandando a construção de variadas obras. Além disso, o crescimento verificado também pode estar associado às mudanças ocorridas na Constituição de 1988, que permitiram a emancipação de novos municípios (o número de municípios do Estado aumentou de 197, em 1989, para 293, em 1997). Em sua maioria, esses municípios – formados a partir de pequenos distritos e/ou vilas rurais, que se desmembraram de municípios maiores – não possuíam a infra-estrutura necessária para o funcionamento adequado. Isso obrigou a construção de uma rede mínima de infra-estrutura – da prefeitura, da comarca, cartórios, hospitais, colégios –, para que o município fosse reconhecido como tal e entrasse em funcionamento. Cabe ressaltar que essas localidades, em sua maioria, possuem populações inferiores a dez mil habitantes. Um fator complementar diz respeito às atividades de construção de infra-estrutura turística, devido à expressiva participação desse setor na economia catarinense. É muito comum, em várias regiões do Estado, a ocupação de mão-de-obra rural, em alguns períodos do ano, nessas atividades. Importante, por fim, nesse quadro, a ligação entre as atividades dos poderes municipais e o significativo crescimento das ocupações no ramo da administração pública, que não só fomentam a construção civil, como levam também à necessária contratação de recursos humanos para as novas funções a serem exercidas.

Quanto ao ramo de serviços sociais, observa-se, até 1996, um crescimento, e depois uma inversão – de tal forma que o número de ocupações, em 1998, correspondia ao mesmo verificado no início da década dos 90. O ramo do comércio de mercadorias, igualmente apresentou queda nos anos 90: sua participação percentual no conjunto das ocupações não-agrícolas decresceu de 12%, em 1992, para cerca de 8%, em 1998.

Os setores de atividade na absorção da PEA rural não-agrícola podem ser reunidos em quatro grupos, de acordo com sua importância no número de ocupações: engloba o primeiro construção e o emprego doméstico, os dois principais empregadores da PEA rural (juntos, ocuparam mais de 20% do total

das pessoas); o segundo é integrado pela indústria do vestuário, produtos de fibra, indústria de transformação e produtos plásticos, que ocuparam a mesma quantidade de pessoas do primeiro grupo, mostrando o peso dos setores contidos no ramo da indústria de transformação na geração de ocupações não-agrícolas; o terceiro, é constituído pela indústria de madeiras, indústria de alimentos, estabelecimentos de ensino público, administração municipal, comércio de alimentos e alfaiataria; e, o quarto, pela indústria de metais, papel e papelão e restaurantes, cuja importância nas ocupações é menor.

No período 1992-98, o desempenho dos setores de atividade não-agrícola foi relativamente favorável, apenas os de produtos de fibras, indústria de madeiras e papel e papelão apresentaram redução no número de pessoas ocupadas. Todos os demais registraram crescimento, cabendo os maiores destaques para os setores de indústria de alimentos (14,6% ao ano), indústria de vestuário (11,3% ao ano) e construção (7,4% ao ano).

Tabela 131
População Rural Ocupada (1), segundo Setores de Atividade
Estado de Santa Catarina
1992-1998

Setores de Atividades	Em mil pessoas						1992/98
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	% a.a.
Total	180	175	202	245	213	202	3,5 *
Construção	16	16	23	27	20	24	7,4 **
Emprego Doméstico	21	16	22	28	20	20	2,1
Indústria de Vestuário	5	5	7	6	6	13	11,3 **
Produtos de Fibra	15	19	17	19	20	12	-1,9
Indústria de Transformação	6	9	5	8	8	10	6,3
Produtos Plásticos	3	6	7	9	4	10	11,0
Indústria de Madeiras	12	9	13	11	14	9	-0,1
Indústria de Alimentos	6	3	10	12	9	9	14,6 *
Estab. Ensino Público	6	9	9	13	7	8	2,1
Administração Municipal	-	5	-	6	7	7	-
Comércio de Alimentos	6	8	-	6	6	7	-
Alfaiataria	-	4	-	5	6	7	-
Indústria de Metais	5	-	5	4	4	4	-
Papel e Papelão	7	6	5	6	5	4	-7,0 ***
Restaurantes	5	-	6	13	3	3	-
Subtotal	111	115	128	172	140	145	5,5 **

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Urbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Notas: ***, **, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

A grande diversidade de setores de atividade contidos na indústria de transformação entre os principais empregadores da PEA rural não-agrícola

catarinense reforça o argumento inicial da grande inserção dos colonos-operários e de seus familiares nos mesmos, culminando com a pluriatividade (combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas) como forma de garantia de trabalho e renda para a população rural.

O alto crescimento das ocupações no setor das indústrias de alimentos relaciona-se ao processamento de parte da produção nos pequenos distritos e vilas e conseqüente agregação de valor aos produtos comercializados. Além disso, há uma tradição no Estado das pequenas indústrias alimentares de base caseira, sobretudo nas áreas de conservas, enlatados, embutidos, massas, bolachas e biscoitos. Informações obtidas em entidades empresariais revelam a existência de cerca 379 pequenas e médias empresas no Estado, a maioria utilizando produtos agropecuários como matéria-prima básica.

A alfaiataria é um setor com potencial de crescimento para as ocupações rurais não-agrícolas, tendo em vista que algumas indústrias de vestuário ainda mantêm parte do processo produtivo espalhado pelas áreas rurais. Quanto ao setor da administração municipal, verifica-se uma tendência de pequeno crescimento na década de 90 no conjunto das ocupações. Como se frisou, tal se deve ao processo de expansão da administração pública para as áreas rurais e conseqüente demanda de novos serviços junto ao poder municipal, principalmente na área de infra-estrutura e de atendimento às comunidades. Em 1998, havia 15 mil pessoas ocupadas nos setores da administração municipal e estabelecimentos de ensino público.

O setor de madeiras teve seu desempenho explicado por duas razões básicas: por um lado, diminuíram as áreas para extração e beneficiamento de madeiras no Estado, implicando uma forte redução do número de pequenas serrarias de base empresarial familiar, e, por outro, iniciou-se uma fiscalização mais rigorosa por parte dos organismos governamentais quanto aos aspectos da legislação ambiental (atualmente, todo corte de madeiras, mesmo nas pequenas unidades familiares, necessita de autorização dos órgãos competentes, além do que a lei específica da reserva florestal de cada propriedade passou a ser mais fiscalizada).

O setor de restaurantes, que apresentou pico de ocupação da mão-de-obra rural em 1996, também não conseguiu manter um crescimento sustentado nos

anos 90. Este setor pode estar acoplado a um conjunto de atividades de lazer, turismo e de proteção ambiental, que se expandem no interior do Estado. Exemplo disso são algumas rotas turísticas já existentes nos pequenos municípios, em sua maioria de base agrícola. Na região Sul, há a rota turística da colonização italiana, dotada de ampla rede de serviços turísticos – hotéis, pousadas e restaurantes –, que possibilitam às pessoas um retorno às origens da ocupação territorial daquela região e concorrem para a preservação dos traços culturais da imigração italiana. Da mesma forma, na região do Vale do Itajaí encontra-se a rota turística da colonização alemã, cujo destaque são os hábitos alimentares típicos dos primeiros imigrantes. Além disso, há a tradicional rota do turismo rural na serra e no planalto catarinense, com destaque para os hotéis-fazendas nas cidades de Lages e de São Joaquim, cujas antigas propriedades agrícolas transformaram-se em importantes fontes geradoras de rendas a partir de atividades desvinculadas, em sua maioria, das atividades puramente agrícolas.

O desenvolvimento dessas áreas de turismo rural tem efeito muito positivo na geração de empregos nos setores ligados ao comércio de mercadorias e à prestação de serviços, com destaques para os serviços domésticos. O crescimento desses setores pode ser considerado como mais uma forte tendência de regularização das relações de trabalho na área rural, uma vez que até bem pouco tempo era praticamente inexistente esse tipo de exercício profissional, que tem possibilitado melhorias nos níveis de renda e de ocupações para parte da população rural.

De modo geral, verifica-se que a grande maioria das ocupações não exige níveis de qualificação profissional elevados. Isto facilita a incorporação de importantes parcelas da PEA rural ao mercado de trabalho não-agrícola (rural ou urbano). Dentre as ocupações (profissões) mais importantes para a PEA rural no Estado de Santa Catarina, destacam-se as de pedreiro, empregados domésticos, costureiros/alfaiates, técnicos industriais diversos e os trabalhadores diversos, que ocuparam mais de um quarto das pessoas em 1998. Além destas, ainda podem ser citadas as profissões de ajudante de pedreiro (impulsionada pelo crescimento da construção civil e pelas ocupações de pedreiros), motorista, serventes/faxineiros, professores do ensino

fundamental e balconistas/atendentes. No período 1992-98, as ocupações que mais cresceram foram as de técnicos industriais diversos (15,2% ao ano), trabalhadores diversos (12,6% ao ano), costureiros/alfaiates (10,3% ao ano) e pedreiro (9,8% ao ano). A queda mais significativa, no período considerado, foi para os serviços conta-própria (-9,1% ao ano).

Chama a atenção que os motoristas, uma das principais ocupações para a PEA rural no período 1992-97, tenham, em 1998, sofrido grande redução seu número. Trata-se, no entanto, de uma ocupação significativa em Santa Catarina, devido à expansão da demanda de transportes de mercadorias processadas no próprio meio rural para outras regiões, bem como do próprio transporte de pessoas das localidades distantes para as sedes dos municípios e para as cidades pólos regionais.

Tabela 132
População Rural Ocupada (1), segundo a Ocupação Principal
Estado de Santa Catarina
1992-1998

Ocupação Principal	Em mil pessoas						1992/98 % a.a.
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	
Total	180	175	202	245	213	202	3,5 *
Pedreiro	8	10	8	18	14	14	9,8 *
Serviços Domésticos	16	10	15	20	16	13	2,0
Costureiro–Alfaiate	6	9	9	11	10	12	10,3 ***
Técnicos Industriais Div.	5	3	4	8	7	10	15,2 **
Diversos	6	5	6	11	12	8	12,6 **
Ajudante de Pedreiro	5	-	6	5	-	7	-
Motorista	11	10	13	12	13	7	-2,5
Servente–Faxineiro	6	4	7	8	5	7	3,8
Prof. Ens. Fund.	4	5	5	5	-	5	-
Balconistas–Atendentes	5	10	-	8	7	5	-
Ajudante Ind. Borracha	-	-	-	-	-	5	-
Concretista–Draguista	-	-	-	-	-	4	-
Diarista Doméstica	-	3	3	5	-	4	-
Serviços Conta-Própria	7	7	5	8	5	3	-9,1 *
Lixador–Torneiro	-	-	-	-	3	-	-
Cozinheiro (Não Domést)	-	5	5	4	5	-	-
Ajudante Ind. Papel	4	-	-	-	-	-	-
Ajudante Administrativo	5	-	-	-	-	-	-
Marceneiro	4	6	8	8	7	-	-
Subtotal	91	88	92	129	104	104	3,7

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Notas: ***, **, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

As profissões de costureiro e alfaiate vêm crescendo em importância pela dinâmica do setor da indústria do vestuário no Estado. Como é sabido, muitas

empresas repassam parte do trabalho de confecção para que as pessoas o realizem em suas próprias residências. Em outros casos, são as próprias famílias que possuem suas “malharias de fundo de quintal”, muitas delas situadas em áreas rurais. Este é um caso bem típico das regiões do Vale do Itajaí (Blumenau e Brusque); do Litoral Norte (Joinville e Jaraguá do Sul) e da região Sul, que centralizam as principais ações dos setores têxtil e de vestuário do Estado.

De modo geral, os dados apresentados evidenciam uma tendência de crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural catarinense – em 1998, cerca de 30% do total da População Economicamente Ativa (PEA) rural estava ocupada com esse tipo de atividade. Esse comportamento positivo da PEA rural não-agrícola foi de extrema valia para o conjunto do emprego rural, tendo em vista a enorme queda verificada na PEA agrícola (redução da oferta de trabalho agrícola *stricto sensu*).

Entre as dinâmicas de geração das ocupações rurais não-agrícolas no Estado de Santa Catarina, podem ser apontadas as seguintes:

- dinâmica derivada da produção agropecuária: através do processamento da produção rural pelas pequenas e médias agroindústrias, abre-se espaço para a expansão das ocupações não-agrícolas no meio rural catarinense. Isso se reflete no aumento da participação do setor da indústria alimentar, da indústria da madeira e da indústria do vestuário no ramo da indústria de transformação;

- dinâmica ligada ao ramo da indústria da construção: neste caso, as ocupações estão mais ligadas à expansão ao meio rural de uma rede de infraestrutura, além das atividades no setor do turismo urbano e do ecoturismo;

- dinâmica ligada ao ramo de prestação de serviços e aos serviços sociais: aumenta a participação do setor de emprego doméstico, principalmente, e da administração municipal na geração das ocupações. O papel da esfera pública é significativo, tanto em termos de oportunidades de trabalho como em termos de melhorias das condições de vida da população rural, além de incrementar as ocupações na área de transportes, o que amplia as oportunidades para a categoria dos motoristas;

- dinâmica ligada ao processo de industrialização difusa: as indústrias têxtil e do vestuário mantêm confecções no meio rural, contribuindo para o crescimento das ocupações, em especial nos setores de alfaiataria (costureiros/alfaiates) e de técnicos industriais diversos.

Demanda de Mão-de-Obra na Agropecuária Catarinense – Sensor Rural

As estimativas da Fundação Seade indicam que a cultura que mais demanda mão-de-obra na agricultura catarinense é o fumo. Apesar de ocupar apenas 7% da área total cultivada, essa cultura demandou 44,5% do total de equivalentes-homens-ano (EHA), em 1999. Pelo fato de ser pouco mecanizada, ainda é atividade muito demandadora de mão-de-obra para as operações de tratos culturais e colheita. Ao lado do Rio Grande do Sul, o Estado de Santa Catarina coloca-se entre os principais produtores nacionais, destacando-se a grande participação da produção familiar integrada à agroindústria do fumo.

A seguir, aparece a cultura do milho, que demandou 17,6% do total de EHA, em 1999. Essa cultura já apresenta um grau de mecanização muito alto, desde o preparo do solo até a colheita, fazendo com que sua participação na área total cultivada (46,6%) seja muito superior à participação na demanda de mão-de-obra. Salienta-se que a maior parte da produção de milho destina-se à alimentação animal, na forma de ração, pois o Estado é grande produtor de suínos e aves, criados em sistema de integração, principalmente no Oeste catarinense. Em terceiro lugar, aparece o feijão, com participações de 14,3% e 10,3%, respectivamente, na área e na demanda de mão-de-obra. Parcialmente mecanizado (em muitas propriedades, a apanha ainda é manual, apenas a bateção mecânica), a cultura do feijão gera maior demanda por unidade de área, comparativamente ao milho, soja e trigo.

Tabela 133

Demanda da Força de Trabalho Agrícola Anual e Área Cultivada das Principais Culturas
Estado de Santa Catarina
1998-99

Principais Culturas	EHA		1999 (%)	Área (1000 ha)		1999 (%)
	1998	1999		1998	1999	
Total	168.336	170.246	100,0	1.618,5	1.658,1	100,0
Abacaxi	32	34	0,0	0,1	0,1	0,0
Alho	3.113	3.517	2,1	2,2	2,5	0,1
Arroz	3.248	3.501	2,1	118,5	126,5	7,6
Aveia	64	80	0,0	10,7	13,5	0,8
Banana	4.236	4.301	2,5	25,2	25,6	1,5
Batata	1.889	1.971	1,2	10,5	11,0	0,7
Cana-de-Açúcar	3.113	3.055	1,8	19,4	19,1	1,1
Cebola	14.547	12.934	7,6	24,5	21,8	1,3
Centeio	0	0	0,0	0,1	0,1	0,0
Cevada	23	11	0,0	2,2	1,1	0,1
Feijão	15.760	17.581	10,3	212,2	236,8	14,3
Fumo	75.023	75.820	44,5	114,3	115,5	7,0
Laranja	925	948	0,6	11,8	12,1	0,7
Maça	7.985	8.017	4,7	13,9	13,9	0,8
Mandioca	3.715	3.674	2,2	36,6	36,2	2,2
Milho	29.685	29.953	17,6	765,3	772,2	46,6
Soja	2.410	2.441	1,4	217,3	220,1	13,3
Tomate Rasteiro	465	473	0,3	2,9	2,9	0,2
Trigo	249	219	0,1	27,9	24,5	1,5
Uva	1.854	1.714	1,0	3,0	2,8	0,2

Fonte: Fundação Seade.

EHA= Equivalentes-Homens-Ano.

Dos demais grãos, ainda aparecem com destaque as culturas de arroz e soja. Ambas apresentam, de forma semelhante ao milho, participação bem mais significativa na área cultivada (20,9%) do que na demanda de mão-de-obra (3,5%), dado o alto grau de mecanização. Aveia, centeio, cevada e trigo, as chamadas “culturas de inverno”, têm menor expressão.

No conjunto, os grãos e oleaginosas (arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, milho, soja e trigo) são muito importantes na agricultura catarinense. Em 1999, responderam por 84,2% da área cultivada, embora tenham demandado apenas 31,5% do total de EHA.

Além das culturas mencionadas, vale a pena chamar a atenção para um outro conjunto de atividades que, no agregado, ocupam uma pequena área (pouco mais de 60 mil hectares), mas que são muito intensivas no uso de mão-de-obra. Trata-se das culturas de alho, cebola, banana e maçã, das quais o Estado de Santa Catarina coloca-se entre os maiores produtores nacionais. Essas quatro culturas foram responsáveis por apenas 3,7% da área total

cultivada em 1999, mas demandaram 16,9% da mão-de-obra, evidenciando seu caráter intensivo em trabalho. No caso das culturas de alho, cebola e maçã, Santa Catarina sempre foi tradicional produtor. No entanto, na produção de banana, o Estado ganhou maior destaque nos anos 90, ocupando um espaço deixado por São Paulo, quando o cultivo da banana-maçã tornou-se inviável no Vale do Ribeira devido à doença conhecida como Mal do Panamá.

Desde de meados dos anos 80 a bananicultura vem se expandindo na região noroeste do Estado, distribuída nos municípios de Schroeder, Corujá, Guaramirim, Massaranduba, Jaraguá do Sul e São João de Itaperiú. Atualmente a região catarinense ocupa lugar de realce na exportação nacional da banana: vantagens logísticas e de qualidade a posicionam com vantagem no mercado dos países do Mercosul. Na região, também ocorre o processamento da banana, concentrando-se as indústrias no município de Schroeder. Produtos industrializados de banana já se fazem presentes nos supermercados do sul e sudeste do país. A região também começa a tomar impulso rumo à produção agrícola e industrial naturalista: em Schroeder, registram-se algumas iniciativas em que o processamento e o cultivo da banana são realizados por processos naturais.

Na atividade pecuária, o principal destaque é a bovinocultura de leite, que demandou cerca de 60% da mão-de-obra, em 1999. Destaque-se que a atividade vem sofrendo forte concorrência dos produtos argentino e uruguaio desde a implantação do Mercosul. A bovinocultura de corte tem pouca importância no Estado, possuindo um rebanho menor do que o efetivo de suínos.

O histórico da produção integrada e a presença de grandes agroindústrias no Estado (Sadia, Perdigão, Aurora), especialmente no Oeste, faz com que a suinocultura seja a segunda atividade pecuária em termos de demanda de mão-de-obra. Em 1999, demandou mais de 13 mil EHA (ou 22% do total do Estado).

A avicultura também tem grande destaque no Estado, com predomínio da produção familiar integrada às agroindústrias. No entanto, dado o maior grau de automação das granjas, ocupa bem menos mão-de-obra que a suinocultura (cerca de 6% no total, incluindo corte e postura).

Tabela 134
Demanda da Força de Trabalho Anual na Pecuária
Estado de Santa Catarina
1998-99

Pecuária	EHA		1999 (%)	Área/Produção/Rebanho	
	1998	1999		1998	1999
Total	60.512	60.860	100,0	-	-
Reforma de Pastagem(1)	2.735	2.735	4,5	54,2	54,2
Bovinocultura de Corte(2)	4.163	4.146	6,8	2.026	2.018
Bovinocultura de Leite(3)	37.280	37.198	61,1	951.180	949.087
Suinocultura(2)	13.172	13.435	22,1	4.742	4.837
Avicultura de Corte(2)	1.729	1.754	2,9	502.062	526.060
Avicultura de Postura(2)	1.433	1.592	2,6	372	413

Fonte: Fundação Seade.

EHA= Equivalentes-Homens-Ano.

(1) Área em mil hectares.

(2) Rebanho em mil cabeças.

(3) Produção em mil litros.

Regionalização do Estado

Santa Catarina é o Estado brasileiro que ostenta um dos menores índices de concentração fundiária. Símbolos de sua estrutura fundiária são os pequenos estabelecimentos – cujo sistema de produção centra-se nas unidades familiares –, responsáveis por uma extensa gama de produtos de grande significação econômica.

O predomínio das pequenas propriedades de produção familiar no Estado catarinense apresenta, todavia, algumas dinâmicas regionais distintas, a saber:²¹

- a oeste: pequena produção familiar integrada aos complexos agroindustriais (fumo, aves, suínos e leite); produção de grãos (moderna com alto uso de insumos)
- no planalto: pequena propriedade ao lado de médias e grandes propriedades – pecuária (principalmente de corte); madeira; fruticultura maçã, especialmente grandes produtores de grãos;
- ao sul: pequena agricultura familiar moderna – integração na produção de fumo e na criação de suínos; soja; orizicultura irrigada (altamente tecnificada e com alta produtividade);

²¹ Baseada em regionalização feita por Mattei, L. "A pluralidade no contexto do desenvolvimento rural catarinense", apresentada no Seminário Estadual *Um novo serviço público para a agricultura familiar*, realizado em Florianópolis, nos dias 20 e 21 de novembro de 1997.

- no litoral: pequena produção familiar – baixa produção agrícola; leite.

Estudos de Mercado de Trabalho como Subsídios para a Reforma da Educação Profissional

Mapa 6

Regionalização da Agropecuária
Estado de Santa Catarina
2000



Fonte: FSeade - 2000.

Oeste Catarinense

A região oeste catarinense, onde a Escola Agrotécnica Federal de Concórdia está inserida, coincide com a Mesorregião Oeste Catarinense definida pelo censo agropecuário de 1995-96.

A oeste do Estado há um predomínio da pequena produção familiar agrícola integrada aos complexos agroindustriais – destacando-se os complexos de carnes (suínos e aves) e o de fumo. As indústrias de carne subdividem-se entre as privadas e as cooperadas, sobressaindo-se a Sadia, a Perdigão e a Cooperativa Aurora/Seara. Merece destaque também a expansão da pecuária leiteira na região.

Na região, predominam os estabelecimentos que combinam a criação intensiva de animais com a produção de grãos – moderna, com uso intensivo de insumos químicos e mecanização limitada pelas condições de relevo –, dentre os quais se destacam o milho, a soja e o trigo.

Registra-se, igualmente, uma redução nas culturas tradicionais, como o trigo e a soja,²² e uma expansão no plantio de alho, cebola e fumo.

Quanto ao sistema de integração massiva e espacialmente dispersa do complexo carne, encontra-se o mesmo em processo de esgotamento. O atual patamar da produção industrial prevê avançadas ações de logística, impondo um novo relacionamento na cadeia produtiva: concentração da produção no entorno das unidades de processamento (menor distância entre o produtor e a indústria); exigência de outros patamares tecnológicos; modernos módulos de produção.

Na criação de aves, a agroindústria, além da exigência de novos padrões tecnológicos, com expansão da automação, visa outros patamares nos módulos de produção, a exemplo dos aviários em galpões de 100m de comprimento e não mais de 50m.

²²Tal redução foi influenciada por fatores de políticas gerais, como a abertura econômica, e, ainda, por fatores como a queda dos preços internacionais, a queda da rentabilidade do pequeno produtor de soja e o aumento dos custos de produção.

Na criação de suínos, a agroindústria prepara-se para estabelecer um sistema mais especializado de produção, separando as fases de criação e de engorda.

As integradoras do complexo carne, mesmo nesse novo patamar produtivo, não descartam (pelo que parece, até o momento) de se beneficiar da produção familiar diversificada, já que em natural processo de seleção somente permanecem aqueles que conseguem reconverter seu patamar tecnológico de infra-estrutura produtiva. Com menor número de integrados a indústria aumenta a produção e a produtividade do trabalho.

Nota-se, entretanto, apesar da referida seleção, que continua a ser mantida a concessão de apenas um aviário para cada produtor integrado. Originalmente, isto se justificava, tendo em vista o controle de doenças; hoje, talvez se associe a uma estratégia de manter um número relativamente alto de produtores e assim assegurar condições mais favoráveis de barganha (Wilkinson, 1997).²³

Para Wilkinson, o impasse do novo patamar de criação suína e seu impacto na lavoura (milho para rações) podem ser medidos pelos processos espontâneos de reconversão, que se dirigem, principalmente, à produção leiteira.

No meio rural do oeste catarinense, agravam-se as questões do envelhecimento e da sucessão nas propriedades, devido ao acentuado êxodo de jovens – em especial, das moças que estão deixando o campo antes e em proporção maior que a dos rapazes. Pesam no êxodo da juventude não somente as oportunidades favoráveis no mercado de trabalho urbano, mas de igual modo a precariedade de perspectivas no campo, em que as possibilidades de formação de novas unidades de produção são cada vez mais escassas (Abramovay et al, 1997).²⁴

²³ Wilkinson, J. Mercosul e produção familiar: abordagens teóricas e estratégias alternativas. In Estudos Soc. E Agricultura. RJ: UFRRJ/CPDA, nº8, abril 1997 – pag. 25/50.

²⁴ Abramovay, R, et al. Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. Convênio FAO/INCR/EPAGRI – SC/PPP. Chapecó/Brasília: abril 1997.

Preocupante, portanto, o quadro que se apresenta, em termos de sucessão familiar e sua repercussão no futuro da gestão da agricultura e do espaço rural.

Planalto Catarinense

Esta região do Estado tem sua dinâmica econômica rural baseada na pecuária (principalmente a de corte), na agricultura de grãos e nas atividades florestais e de reflorestamento.

A estrutura fundiária se distingue das demais devido à presença de médias e grandes propriedades, tanto na produção animal como na produção vegetal e florestal. A produção de grãos, na qual a soja, o milho e o feijão, se destacam, é praticamente realizada por médios e grandes produtores. As atividades florestais e o reflorestamento extensas áreas e têm à frente importantes indústrias nacionais de papel e celulose.

A fruticultura, com destaque para a maçã, e a olericultura, ou mais especificamente, a cultura do alho, são atividades agrícolas igualmente de peso na dinâmica econômica da região, sendo bastante tecnificadas e modernas, com alto grau de uso de insumos químicos.

Do ponto de vista econômico, no planalto catarinense começa a se desenvolver o turismo rural, atualmente concentrado nos hotéis fazenda (Mattei, 1997).

A região apresenta um desenvolvimento agropecuário e industrial (papel e celulose) altamente especializados e voltados para o mercado de outros estados. Observa-se, ainda, na região, um relativo esvaziamento populacional.

Sul Catarinense

A região Sul do Estado de Santa Catarina exhibe uma agricultura familiar grandemente tecnificada, e dotada de setores bastantes especializados.

Nesse cenário agrícola, destacam-se, sobretudo, as lavouras de fumo, ligadas às agroindústrias locais, e a do arroz, cujo intensivo uso da irrigação confere à cultura alta produtividade e uma certa hegemonia produtiva na região. A fruticultura tem por base as culturas de citros, banana e uva. A produção de mandioca é tradicionalmente absorvida nas farinheiras locais.

A criação de trutas de alta qualidade também prospera na região. A denominada “rota da truta” abrange os municípios de São Joaquim, Urupema e Bom Jardim da Serra e se estende até o norte do Estado, na divisa com o Paraná nos municípios de Garuva e Rio Negrinho.²⁵

Na produção animal, observa-se um processo de integração na criação de suínos semelhante ao da região Oeste do Estado. A pecuária leiteira e a de corte também merecem destaque.

Litoral Catarinense

Nesta porção Leste, que cobre todo o litoral do Estado, se encontram os maiores centros urbanos de Santa Catarina, sobressaindo-se Joinville e Blumenau, ao norte; Florianópolis, capital do Estado; e Criciúma, ao sul.

Ao norte, no Vale do Itajaí, localizam-se as indústrias têxtil, de calçados e metalúrgicas (máquinas e equipamentos). Os principais pólos industriais do Vale são os municípios de Blumenau, Itajaí, Joinville e Jaraguá do Sul. A concentração industrial possibilitou um grande e diversificado comércio no Vale. Em termos de agricultura, prevalece a familiar, não integrada aos grandes complexos agroindustriais. Dentre as principais atividades agropecuárias, destacam-se o leite, o arroz, a cebola, a banana, a cana-de-açúcar e o fumo. Em pequena escala, assinalam-se, ainda, a pecuária de corte e criação de suínos.

Na região metropolitana de Florianópolis, as atividades urbanas naturalmente se impõem sobre a agricultura. No entanto, além da agricultura familiar de subsistência, com baixa capacidade produtiva e de renda, observa-se ao largo dos vales e dos rios o desenvolvimento da olericultura, sendo esta voltada, principalmente, ao cultivo de tomate e cebola. Além disso, também se registra a produção especializada de fumo e a pecuária de corte, ocorrendo a leiteira em menor escala.

Diversos estudos sobre essas regiões apontam para combinação das atividades agrícolas com as atividades urbanas ligadas aos serviços públicos e aos setores da construção civil em Florianópolis, como também para a

²⁵ Gazeta Mercantil – Balanço Anual – Santa Catarina, julho de 1999, ano VI, nº 6.

emergência da figura do colono-operário, em algumas cidades próximas de Blumenau e Jaraguá do Sul, nas quais ocorre o assalariamento industrial do agricultor (Mattei, 1997).

Segundo Mattei (1997), tal fenômeno pode ser explicado *“pela característica do processo de industrialização, a qual permite que os agricultores ou os membros de suas famílias passem a trabalhar como assalariados nas fábricas têxteis ou nas indústrias de máquinas e equipamentos”*.

Ao sul, a indústria carbonífera, com a possibilidade de construção de termoelétricas no Estado, através de *joint ventures* entre empresas locais e estrangeiras, pode talvez voltar à ativa, depois de se manter em estágio praticamente letárgico nos últimos anos. Destacam-se também a indústria cerâmica e plástica. Tais instalações industriais afetaram a organização da produção agrícola na região, cuja estrutura rural permanece ainda bastante incipiente.

Escola Agrotécnica Federal de Concórdia

A Região em que se insere a Escola Agrotécnica Federal de Concórdia – EAFC é caracterizada por um relevo acidentado, por uma estrutura fundiária fortemente desconcentrada e pela presença de pequenas propriedades familiares modernas, intensivas no uso de insumos e de tecnologia, integradas, principalmente, a complexos agroindustriais, de suínos e aves, e também voltadas para o cultivo de fumo e de frutíferas. Mínimas são as diferenciações intra-regionais: quanto às suas características o Oeste Catarinense é uma região bastante homogênea.

Instalaram-se lá as empresas que hoje respondem pelos principais complexos de carnes – suínos e aves – do país, tais como a Sadia, a Perdigão, a Seara e a Aurora.

Destaque merecem também a produção de grãos vinculada à produção animal, como o milho e a soja, e a bovinocultura de leite, que tem se expandido na região, com a instalação de pequenos e grandes laticínios (Parmalat). Recentemente, as atividades agropecuárias passaram a registrar grande diversificação: fruticultura (vitivinicultura e citricultura), cana-de-açúcar (para açúcar mascavo), reflorestamento, piscicultura, apicultura, hortaliças e turismo

rural. Culturas tradicionais, como o trigo e a soja, tem reduzido sua participação na área plantada na região. Também se assinalam, em pequena escala, experiências de agroindustrialização.

A EPAGRI classifica as pequenas propriedades familiares da região em três grupos distintos quanto à situação econômica e atividade principal: 1. Viabilizados/Estabilizados (integrados em suínos e aves; leite e grãos) – 20 a 30% das propriedades; 2. Em transição (leite e grãos) – com 20 a 30% das propriedades e 3. Periféricos (exclusivamente grãos) – com 40 a 60% das propriedades.

A produção de carne suína cumpre papel importante na dinâmica agropecuária da região. Houve um grande incremento da atividade durante a década de 80, com aumento significativo da capacidade de processamento das agroindústrias do complexo. A Sadia Concórdia S.A. (hoje, Sadia S.A.), por exemplo, de 1.000 cabeças por dia, em 1980, aumentou sua capacidade de processamento para 4.000 cabeças por dia no final da década de 80, quando chegou a ter 6.000 produtores de suínos integrados (4.500 no Oeste de SC e 1.500 no Norte do RS).

Vários programas governamentais federais incentivaram as exportações e programas estaduais financiavam a construção de instalações para a suinocultura. Essa expansão foi acompanhada de um intenso trabalho de pesquisa agropecuária para melhoramento do material genético,²⁶ de expansão da Assistência Técnica pública e privada, de melhorias no gerenciamento das propriedades e da produtividade.

Nos anos 80, portanto, a suinocultura na região entra em plena expansão e isto através de um processo de massificação, sem qualquer barreira ao ingresso na atividade. Desse modo além dos produtores rurais, muitos profissionais liberais e outros empresários e empreendedores urbanos também começaram a produzir suínos como atividade secundária e oportunista. Foi o momento de consolidação da agroindústria de capital cooperado e privado,

²⁶Convênio da EMBRAPA com a Cooperativa Central Aurora resultou na produção de variedades de suínos mais eficientes na produção de carne, tais como a MS-58 e a MS-60.

com aumento significativo, na década, no abate e no processamento/dia de animais.

Na massificação da suinocultura, os produtores oportunistas são colocados no mesmo patamar que os especialistas, já que o interesse industrial centra-se na quantidade produzida. Disso se beneficia a indústria para controlar a produção e o preço da matéria-prima, através da velha fórmula de aumentar e/ou reduzir o número de produtores para aumentar e/ou diminuir a produção e, através dessa oscilação, controlar o mercado.

Nos anos 90, a abertura comercial e as exigências de competitividade e de consumo provocam um drástico processo de reestruturação na agroindústria de suínos. O sistema de integração massiva e espacialmente dispersa chega ao fim e o ajuste industrial impõe um novo patamar produtivo: aumento da capacidade de processamento industrial e, ao mesmo tempo, redução do número de integrados. A Sadia no período, por exemplo, aumentou a carga de abate de 4.000 para 4.500 animais dia e diminuiu o número de integrados de 6.000 para 2.300.

Esse ajuste foi acompanhado de um aumento da escala de produção mínima para a integração (de 5 a 10 fêmeas para, no mínimo, 20 fêmeas por produtor) e de aumentos significativos na produtividade (de uma média de 14,5 porcos abatidos por fêmea/dia para uma média de 18,5 porcos abatidos por fêmea/dia).

Outras mudanças foram introduzidas no sistema de integração, tais como a quebra do ciclo completo e a especialização de produtores em fases do processo de produção (UPLs – Unidades de Produção de Leitões e Terminadores – que só engordam para o abate). Na composição de fornecimento da Sadia, um exemplo concreto: 10% vem de produção própria; 50% vem de produção em parceria ou sob contrato, em que os integrados são especializados em UPLs ou Terminadores; 35% de integrados que permanecem fazendo o ciclo completo; 5% através de compras no mercado *spot*, de produtores não integrados.

A tendência atual é aumentar a produção sob contrato, na qual integradora fornece ao produtor o "pacote completo" (dos insumos à assistência técnica) e

estabelece maiores exigências quanto aos padrões de qualidade e de escala de produção. A produção nesses moldes abastece o mercado de carnes de qualidade e de embutidos especiais tipo parma ou tender.

Os entrevistados coincidem em relação aos números do ajuste na suinocultura para o Oeste de SC: nos anos 90, de um total 60.000 produtores, 40.000 produtores abandonaram a atividade. Ou seja, restam hoje apenas 20.000 suinocultores em atividade na região. Alguns entrevistados situam o auge da crise entre os anos 1994 e 1999.

Na avicultura, os anos 80 também marcam o momento de consolidação da atividade na região. O processo na avicultura se difere do da suinocultura, pois aposta na especialização. Como compreende, de início, níveis especializados de tecnologia e de mão-de-obra, inibe o mesmo a presença de produtores oportunistas. Em virtude da situação financeira das propriedades, no entanto, frente à necessidade de expansão da produção, houve estímulo para que se construíssem novos aviários de 50m, em detrimento dos mais racionais de 100m. Apesar de não ser a solução ideal, essa foi uma opção para a rápida expansão da produção, com baixos custos.

Caracteriza-se a atividade, desde o seu início, pelo controle pelas agroindústrias avícolas do capital empregado na produção. O produtor delas recebe os pintos, as rações, os medicamentos e a assistência técnica, ficando a seu cargo os tratos e cuidados e o investimento no imobilizado: galpões e equipamentos, dimensionados e aparelhados de acordo com as determinações das agroindústrias.

Nos anos 90, a avicultura também sofreu um processo de ajuste, que caminhou em paralelo com a suinocultura em termos de concentração da produção (logística espacial), redução do número de produtores, dos ganhos de escala industrial e de produtividade. Atualmente, além dos custos tecnológicos²⁷ e dos investimentos em infra-estrutura, a produtividade, a localização do produtor em relação à indústria e a escala industrial igualmente determinam a permanência ou não na atividade.

²⁷ O padrão tecnológico/automação é pressuposto para quem quer se manter na atividade.

Foi patente, no período, o incremento, resultante de tais medidas, na produtividade da avicultura. Em 1995, os integrados da Sadia, por exemplo, totalizavam 58.000 fêmeas, produziam 850.000 aves para abate/dia; atualmente, 950.000 aves para abate/dia são produzidas por 53.000 fêmeas.

No período, novos investimentos do produtor em infra-estrutura, são exigidos pela indústria, já que a concentração da produção e o aumento da escala industrial implicam novos patamares de produtividade. Tal o caso do padrão mínimo exigido para a permanência do integrado na atividade: pelo menos, um barracão de 100x12m (em investimento aproximado de R\$ 20.000,00), com capacidade para 23.000 frangos.

A redução do número de integrados em nada afetou a produção industrial avícola: informa a Sadia que, desde 1994, sua produção está estabilizada em 1.100 integrados e um abate diário de 260.000 cabeças.

Esse ajuste industrial da avicultura, assim como na suinocultura, marcam um momento de seleção e exclusão de produtores da atividade.

Outro processo de ajuste, e, conseqüentemente, de seleção e exclusão de produtores do sistema integrado, é a pressão industrial para a profissionalização dos produtores de aves e de suínos. Ao atuar no gerenciamento da propriedade, visando o comprometimento do produtor com metas, as indústrias buscam cada vez mais a produção primária de aves e de suínos com a produção industrial. Na Sadia, já se prevê, num prazo de 90 dias, os suínos que serão abatidos, através de controles de gestão do lote feito pelos integrados. A gestão individual/integrado fornece à indústria condições de aferir a eficiência produtiva e as possibilidades de cada um permanecer ou não ou até de se expandir na atividade, entre outros aspectos.

O aspecto gerencial busca a especialização do integrado de suínos e aves exclusivamente na atividade, base essencial do sistema de integração agroindustrial. Na ótica industrial, a diversificação produtiva só deve existir na propriedade familiar se dirigida para atender demanda da produção de suínos e/ou aves. Os parâmetros da especialização/profissionalização rompem, assim, com a lógica da diversificação, tradicionalmente presente nos produtores familiares da região.

Conforme alguns entrevistados, a diversificação existente na maioria das propriedades era apresentada pelos técnicos das integradoras como um atraso e um obstáculo ao lucro, principalmente porque tornava a mão-de-obra da pequena propriedade menos disponível para a atividade de interesse da agroindústria. O rompimento do sistema de produção diversificado rompeu também a sustentabilidade econômica da pequena propriedade.

A região não é auto-suficiente na produção de grãos para nutrição animal, tendo que importar milho e soja de outras regiões do país. Apesar da produção de grãos ali se dar em bases modernas, com alto uso de insumos, e de ser a única alternativa para a maioria das pequenas propriedades, enfrenta a mesma restrição de relevo, que dificultam a mecanização agrícola e restringem a competitividade da região.

Merecem destaque as experiências feitas por algumas Associações e Cooperativas, substituindo o milho híbrido pelo milho variedade, com objetivo de reduzir os custos do produtor e manter margens que garantam sua subsistência. O milho variedade possibilita o (re)plantio – isto é, da produção, o produtor pode separar uma parte, que será utilizada como semente na próxima safra, evitando a compra de novas sementes e reduzindo os custos de plantio.

Além do milho variedade, alguns produtores vêm utilizando outras técnicas de manejo para reduzir custos, a exemplo das técnicas agrícolas e de pecuária de baixo impacto ambiental, que reduzem sensivelmente o uso de adubos e defensivos e, conseqüentemente, os custos de produção.

Nesse quadro geral de ajuste em ambas atividades, registrou-se um grande desânimo entre os produtores que não conseguiram permanecer como integrados, o que redundou num processo de êxodo rural, com a venda de propriedades e migração de famílias para as cidades.

Pesquisa feita pela Comissão de Agricultura da Câmara Municipal de Concórdia constatou que, em 1999, das 5.000 propriedades rurais do município, 600 (com tamanho entre 20 e 25 ha) estiveram à venda em imobiliárias da cidade por vários meses sem conseguir comprador. Segundo eles, a falta de alternativas de produção agropecuária está desaquecendo a venda de terras na região.

Outro aspecto preocupante diz respeito àqueles que, não conseguindo se manter na suinocultura/avicultura, e sem encontrar outras alternativas de produção, migraram para a cidade, e ainda por cima, endividados. Sem obter emprego na cidade, tornaram-se os mesmos, de acordo com agentes locais, paradigmas de um processo de ajuste industrial que deixou de ser um problema de produção e passou a ser um problema social.

Alguns dos entrevistados responsabilizam o próprio sistema de integração como a causa principal da crise na suinocultura e na avicultura. As empresas integradoras teriam imposto aos integrados investimentos crescentes no aumento da escala de produção, daí resultando a maior dependência de financiamentos bancários e a crescente especialização da propriedade.

Em contrapartida à crise da suinocultura/avicultura, ocorreu uma expansão da bovinocultura de leite na região. Considerada "jovem" (tem menos de 20 anos), a bacia leiteira da região é resultado do esforço do cooperativismo: 11 Cooperativas Singulares se uniram numa Cooperativa Central, a Agromilk, que por sua vez se associou à CCLP (antiga proprietária da marca Batavo). Juntas, Agromilk e CCLP, participam com 49% das ações do Laticínio da Batavo, que foi adquirido pela Parmalat (detentora de 51% das ações). Em iniciativa foi fundamental para a atração de outros laticínios e para a expansão da bacia leiteira da região.

Os 8.200 cooperados da base da Agromilk produzem em média 46 litros/dia, num sistema bastante artesanal, sem manejo de pastagens e sem grandes custos.

A bovinocultura de leite significou uma alternativa real de permanência no campo para muitos produtores obrigados a abandonar a suinocultura e a avicultura. Além do baixo custo de implantação, o fato de garantir uma remuneração mais constante de atenuar problemas de fluxo de caixa das propriedades, possibilitou mesmo a expansão da própria atividade.

Uma preocupação ora expressada por vários entrevistados é a de que um ajuste concentrador, semelhante ao que ocorreu na suinocultura/avicultura, também venha a ocorrer com a pecuária leiteira, deixando num beco sem saída um grande número de propriedades.

A legislação atual já exige o tanque de resfriamento na propriedade. Com a adoção pelos laticínios da coleta a granel em caminhões-tanque, no entanto, a exigência mínima para a permanência na atividade passou a ser o acesso aos tanques de expansão. Um estudo da Embrapa calcula que um produtor individual necessitaria de um mínimo de 200 litros/dia de produção para custear sozinho a instalação desse equipamento. Além disso, o caminhão-tanque só passa por estradas em boas condições.

Segundo um dos entrevistados, o sistema de produção leiteira ideal para a região seria o modelo neozelandês, no qual um material genético apropriado às características da região e não exigente em nutrição, é associado a um "manejo mínimo" de pastagens com custos reduzidos, ordenha mecânica e tanques de expansão para coleta coletiva.

Na verdade, o produtor de leite está sendo forçado a se associar para viabilizar seu acesso aos tanques de expansão. Outra tendência importante é o crescimento de experiências de agroindustrialização artesanal, na qual os produtores se associam para produção de leite pasteurizado, bebida láctea, queijo colonial, iogurte e ricota.

O ajuste do sistema de integração – de massivo e disperso a seletivo e concentrado – tem, assim, provocado uma busca de alternativas para a sustentabilidade econômica da pequena produção familiar e incrementado a diversificação para novas atividades na região.

A vitivinicultura igualmente vem sendo recuperada por municípios da região, a partir da constatação de que os municípios que não abandonaram essa atividade, que era tradicional na região, hoje desfrutam de melhores condições de sustentabilidade. É o caso, por exemplo, do município de Videira, no qual já se iniciou o esmagamento de uvas para a produção de sucos e vinhos pela Cooperativa Central Aurora.

A Cooperativa Central Aurora está implantando, no município de Pinhalzinho, uma nova unidade de esmagamento para a extração de vários tipos de sucos: laranja, uva, maçã, limão e maracujá, que serão comercializados como suco concentrado da marca "dellis".

Os cooperados da base da Central Aurora, através de suas Cooperativas Singulares, têm sido incentivados a plantar, em geral de 1 a 1,5 ha de pomares na propriedade.

O reflorestamento tem também crescido como alternativa econômica das propriedades, impulsionado pelo clima da região, favorável ao crescimento rápido de espécies como pinus, eucalipto e plátano, e por um programa do governo do Estado – Programa de Desenvolvimento Florestal de Santa Catarina, que garante uma remuneração mensal fixa de 0,5 salário mínimo ao produtor para cada 2 ha reflorestados, até o limite de R\$ 300,00 para 5 ha reflorestados. Tal iniciativa, até o momento, se faz presente em 190 municípios e compreende 6.113 agricultores inscritos.

O programa estadual prevê ainda a pesquisa e difusão florestal e a semi-integração na produção de mudas e madeiras, além do incentivo à associação para agregação de valor em serrarias e fábricas de móveis de pequena escala.

Esta iniciativa do governo catarinense mantém seu foco, de acordo com fontes oficiais, na produção de madeira para fins de produção de lenha (principal combustível das agroindústrias do complexo carne do Estado), beneficiamento da madeira e fabricação de móveis, de celulose e papel, além da produção de erva-mate.

Em decorrência do aumento do reflorestamento e da fruticultura, a apicultura também tomou impulso na região

A piscicultura é outra opção que vem se desenvolvendo na região. Trata-se de atividade desenvolvida de duas formas bem distintas. Uma delas é através do produtor tradicional, que aproveita um açude em sua propriedade para criar peixes e geralmente integra a categoria de fornecedores de pesque-pagues instalados na região ou em outras. Os programas de açudagem, portanto têm estimulado a piscicultura na região – se bem que, segundo os agentes locais, os produtores tradicionais não avancem na produção, quer montando seus próprios pesque-pagues ou industrializando o produto.

Outra forma pela qual se desenvolve a piscicultura na região é através de empreendedores vindos de fora, que buscam investir principalmente em pesque-pagues, poucos ficando somente na categoria de fornecedor. Segundo

fontes locais, os grandes pesque-pagues existentes na região pertencem a investidores de Curitiba.

Mais um fator que tem contribuído para a diversificação na região é a aliança do turismo com as barragens de usinas hidroelétricas. Somente na região do Alto Uruguai Catarinense existem as barragens de Itá, já em funcionamento, e as de Piratuba, Machadinho e Campos Novos, em fase de construção. No entorno do lago da barragem de Itá, uma série de estruturas de turismo, resultante de empreendimentos forasteiros, exploram a beleza proporcionada pelo empreendimento público. Nas margens desse lago, projetos de investimentos turísticos igualmente se associam às redes hoteleiras de outras regiões, praticamente inexistindo iniciativas locais de exploração desse novo ambiente.

Até o advento das barragens, o turismo na região se expressava em eventos agropecuários ou ligados à cultura da colonização. Aqueles relacionados com as atividades agropecuárias, como a suinocultura, se realizam em determinado período do ano. O atrativo turístico desses eventos são as festas e shows, a exposição de animais e de máquinas, implementos e equipamentos ligados à atividade, e as comidas típicas. Tais eventos geralmente circunscrevem seu retorno aos municípios promotores, não apresentando nenhuma perspectiva econômica para além de suas próprias fronteiras.

A atividade turística desenvolvida na região e ligada à cultura da colonização também se expressa de forma localizada, sem repercussão regional. Um dos exemplos desse turismo é o de Treze Tílias. A cidade catarinense de Treze Tílias foi fundada por imigrantes austríacos, e sua ocupação e suas construções lembram suas origens, constituindo atrativos turísticos do lugar a cultura, os costumes e o habitat do imigrante austríaco. Produtores agrícolas, os descendentes exploram a atividade turística oferecendo hospedagem (com inclusão ou não das refeições) em suas casas. No espaço residencial rural, o espaço reservado ao turista está separado daquele destinado ao convívio da família, e são instalações – quarto com banheiro – que garantem o mínimo de privacidade e de conforto. A forma de turismo desenvolvida no município lembra muito o modelo turismo rural europeu, em que há uma participação direta do camponês.

Portanto, as atividades tradicionais de turismo – eventos a agrícolas e cultura da colonização – se manifestam na forma de “enclaves locais”, uma vez que não repercutem economicamente na região e constituem fonte de recursos financeiros estritamente nos limites das respectivas fronteiras municipais.

O novo turismo no entorno das barragens vem se desenvolvendo às margens da vontade regional, que enxerga seu potencial econômico, mas não está articulado com as iniciativas dirigidas para a atividade naqueles locais. As iniciativas ligadas ao novo turismo ficam, assim, a cargo de seus empreendedores em sua maioria de fora, sem nenhuma articulação com a economia regional, o que descarta qualquer gerência local sobre os rumos desse tipo de turismo. Apesar de abrir perspectivas econômicas regionais – pois o turista que vem para aproveitar as belezas dos lagos, também tem interesse de conhecer a cultura e costumes e a economia local –, as iniciativas são localizadas e não ultrapassam os limites das fronteiras municipais, não oferecendo ao turista a possibilidade de circular pela região. Enfim, ao sabor da iniciativa privada e sem assumir nenhum compromisso regional, o turismo às margens dos lagos das hidroelétricas por sua vez reforçam o caráter de enclave do turismo na região.

Portanto, as atividades turísticas da região – eventos agrícolas, cultura da colonização, e lago das represas – não têm nenhuma articulação pública regional, mas têm o apoio da iniciativa privada e da tradição.

As barragens também favorecem a diversificação da fruticultura, pois criam um microclima que, além de facilitar a irrigação, beneficiam o cultivo de frutas como uva, kiwi, caqui, ameixas, pêssego que têm retomado ou iniciado sua produção no Estado.

A olericultura orgânica também tem sido apoiada por iniciativas das Prefeituras, como por exemplo a Casa do Produtor Rural de Concórdia e as Feiras de Produtos Orgânicos de Chapecó. As famílias que abastecem o mercado de verduras e hortaliças orgânicas desses municípios enfrentam dificuldades para atender à demanda local. Na produção convencional o mercado é ocupado por intermediários que abastecem 85% do consumo de olerícolas da região a partir do Ceasa de Curitiba.

No processo de diversificação, são muito significativas as experiências de associação e cooperação para produção, comercialização e agroindustrialização em pequena escala.

A região tem tradição no cooperativismo, mas, atualmente, as cooperativas singulares (forma de cooperação tradicional) diferem das novas experiências de cooperação local que viabilizam a produção, a comercialização e industrialização artesanal/pequena escala, formadas a partir de grupos de vizinhança, parentes, bairro e outros.

As cooperativas singulares ainda se firmam em três características: fomento da produção, com as vendas de insumos para associados; comercialização, com a compra dos produtos dos associados, centralizando a produção; e industrialização, com a união de cooperativas singulares, formando apenas uma cooperativa – uma central que concentra a comercialização e a distribuição através de uma marca única. A Coopercentral é um dos exemplos de central de cooperativas na região que centraliza a distribuição dos produtos (derivados de suínos/aves) de uma série de cooperativas singulares locais sob a marca Aurora, nos mercados interno e externo. Algumas cooperativas singulares vêm atuando no cooperativismo de crédito, ampliando seu campo de ação tradicional de fomento, comercialização e agroindustrialização.

Outra forma de cooperação local – a de grupos de vizinhança, de bairro, e de outras formas de agrupamento – vem abrindo espaços importantes na economia regional, constituindo-se com base no trabalho solidário, com os seguintes objetivos:

- implantar/acessar novas tecnologias para seus associados, como a suinocultura ao ar livre, produção de leite à base de pasto e controle integrado de pragas;
- possibilitar a comercialização, a fim de reduzir a ação dos intermediários junto aos cooperados, possibilitando maiores ganhos, e explorar o espaço do mercado regional com produtos artesanais dos cooperados, entre outros;
- viabilizar a agroindustrialização em pequena escala; e
- garantir assistência técnica.

Neste campo da nova cooperação local, destaca-se a experiência da Associação dos Pequenos Agricultores de Chapecó, cujo o objetivo é assessorar e estimular o desenvolvimento da agricultura familiar de grupo no Oeste catarinense. Atualmente, são mais de 100 grupos assessorados nas mais diversas áreas: gestão, agroecologia, agroindústria familiar associativa, comercialização, crédito solidário e desenvolvimento rural sustentável. Na agroindustrialização, a Apaco articula 90 experiências de agroindústrias familiares/artesanais associativas, e no crédito solidário, dezenas de Cooperativas de Crédito Solidário do Sistema Cre\$ol.

As experiências de agroindustrialização artesanal/pequena escala (cooperada ou individual) dirigem-se ao mercado regional sob uma marca “guarda-chuva”, mas mesmo sob a égide desta marca, o rótulo dos produtores (cooperados ou individuais) se diferenciam entre si, distinguindo, assim, o mesmo produto. Por exemplo, a Prefeitura de Chapecó detêm uma marca “guarda chuva”, sendo que no rótulo há um espaço para os produtores de mel se identificarem individualmente e diferirem seus produtos. Outra característica é que esses produtos são comercializados individualmente pelo produtor, e não de forma unitária e cooperada entre eles; portanto, o mesmo produto, com a mesma marca chega no mercado de forma isolada.

Essa forma de comercialização individual dificulta o acesso a mercados mais remuneradores e estabelece uma competição entre produtores do mesmo tipo de produto, mas é encarada por alguns entrevistados como uma característica importante de um novo modelo de desenvolvimento não-excludente e sustentável.

O Programa Desenvolver, do governo estadual, que articula também prefeituras, universidades e associações de produtores como a Apaco (Associação dos Pequenos Agricultores de Chapecó), tem 22 projetos de agroindústrias artesanais que congregam 56 associações de produtores do Oeste catarinense, financiados pelo Pronaf - Agroindústria.

A grande maioria dos projetos concentra-se em três atividades: agroindústria de derivados de suínos, agroindústria de derivados de leite e agroindústria de cana-de-açúcar (açúcar mascavo e melado). Existem também, com menor importância, projetos de classificação e embalagem de ovos, fubá,

conservas de hortaliças (pepino), doces de frutas (em pasta tipo "schmier"), sucos (laranja), vassouras, mel, cereais, peixes, padaria e camping de turismo rural.

O Programa Desenvolver, é concebido como uma rede organizada de produção e comercialização e tenta potencializar as várias formas de associação e organização da sociedade local para garantir sustentabilidade à pequena produção familiar.

A Secretaria da Agricultura tem um estudo que aponta que apenas 3% a 5% das experiências de agroindústrias artesanais conseguem sobreviver. Um dos grandes obstáculos é o comportamento de "manada", que leva a maioria dos produtores, ao mesmo tempo, a se decidir pela produção do item que está momentaneamente mais lucrativo, criando excessos de produção e destruindo a organização desses nichos de mercado.

Para tentar aumentar as chances de sobrevivência desses projetos, a Epagri coordenará duas centrais – Associações de Associações de Produtores, que oferecerão oportunidade de legalização, uma marca "guarda-chuva" e contarão com uma infra-estrutura de especialistas em produção, marketing, comercialização e contabilidade. Essa estrutura é custeada com uma parcela do dinheiro financiado em cada projeto aprovado.

Os programas de financiamento do governo federal, tais como Pronaf, Pronaf – Agroindústria, Banco da Terra são avaliados como inacessíveis para a capacidade de pagamento dos produtores da região, em virtude das altas taxas de juros e de administração financeira cobradas pelos bancos. Programas complementares do governo estadual e até de prefeituras, como a do Município de Paial, têm procurado estabelecer outras formas de pagamento, como as baseadas na equivalência em produto.

Observa-se, então, um grande espaço para a atuação do poder público: apoio à organização dos produtores; estabelecimento de padrões de qualidade através da certificação; fiscalização sanitária e ambiental; difusão de informações econômicas; e planejamento da consolidação de mercados para os produtos da agroindústria artesanal.

A questão da sustentabilidade da pequena produção familiar é uma preocupação consensual de todos os agentes, visto que é fundamental para o desenvolvimento da região. No entanto, os mecanismos de garantia dessa sustentabilidade não estão claros, e neste ponto há estratégias divergentes entre os agentes atuantes na dinâmica da agropecuária regional. Além disso, outras duas questões apareceram com destaque em praticamente todas as entrevistas: a poluição ambiental, o êxodo do jovem e a masculinização da juventude rural.

O principal problema da região, monitorado pela Embrapa, é o alto índice de poluição das águas. Suspeita-se que surtos de hepatite tenham sido causados pela contaminação das águas, o que compromete alternativas que poderiam gerar renda, como turismo e a piscicultura.

A questão agravou-se devido à concentração da produção na suinocultura. Entretanto um grande ajuste foi realizado com a construção de barracões e esterqueiras afastados dos cursos d'água. Na suinocultura, a questão ambiental poderá ser um sério limite, já que a única tecnologia utilizada atualmente é o tratamento líquido dos dejetos. Outros aspectos, porém, interferem negativamente, tais como: dimensão incorreta das esterqueiras; vazamentos e desperdícios de bebedouros, que ampliam desnecessariamente o volume de água que vai para as esterqueiras, entre outros.

Normas internacionais de controle ambiental estabelecem uma densidade máxima de quatro animais/m² por produtor. Caso seja aplicada esta norma, haverá necessidade de desconcentrar a produção.

A Fatma – órgão estadual que fiscaliza o meio ambiente – tem exigido esta norma para aprovar novos projetos de construção de instalações para a suinocultura. Este órgão vem sistematicamente multando produtores que têm esterqueiras próximas a cursos d'água ou que estão em desconformidade com a legislação.

Para alguns dos entrevistados, o problema não está na falta da correta tecnologia ambiental, pois existem muitas soluções tecnológicas que poderiam resolver ou minimizar os problemas. A questão está em resolver quem vai pagar o custo da reconversão tecnológica. As multas só têm atingido o elo mais

fraco da cadeia, que é o produtor. As empresas integradoras, que no entender destes entrevistados foram as responsáveis pelas tecnologias poluidoras (construção de esterqueiras próximas a cursos d'água), têm repassado o custo da reconversão aos produtores.

A Embrapa tem pesquisado dois sistemas de produção alternativos: produção de suínos ao ar livre (em que os desejos caem no pasto e não precisam de tratamento); e produção de suínos em cama de esterco (na qual os desejos são misturados a resíduos vegetais e compostados).

Os entrevistados concordam que para a manutenção do produtor na atividade é necessário enfrentar o problema da reconversão ambiental, pois é inevitável que a tecnologia usada esteja de acordo com os padrões internacionais. Por razões de protecionismo dos países importadores, esses padrões tendem a ser cada vez mais exigentes em termos ambientais e de controle sanitário.

Contudo para que a tecnologia da suinocultura seja ecologicamente correta, é necessário também superar um problema de saúde pública e saneamento no âmbito da propriedade. Muitas vezes, os dejetos dos animais são bem tratados, mas os dejetos humanos da família do produtor não recebem qualquer tratamento básico. O problema de poluição não é só decorrente da suinocultura, mas da falta de políticas públicas de saneamento nas propriedades rurais. Isto vale também para a população urbana, que é a grande responsável pela poluição dos cursos d'água na região.

De acordo com a tecnologia a ser utilizada pelas empresas integradoras para solucionar o problema ambiental, poderão ou não abrirem-se novas oportunidades para a expansão do número de integrados. Alguns entrevistados entendem que a readequação do sistema de integração para tecnologias ambientalmente corretas pode, contudo, significar também uma nova onda de exclusão de produtores.

Outra problemática que se destacou nas entrevistas foi o êxodo do jovem para as cidades, mais intenso no caso da mulher. Uma pesquisa encomendada ao Deser, pela organização dos jovens dos Sindicatos da Região Sul ligados à CUT/Fetrafesc, mostrou que a juventude (com idade entre 15 e 25 anos)

representa 19% do total da população rural na região Sul do país e a população feminina vem diminuindo, representando, atualmente, 47% da população jovem. A principal causa desse êxodo é a falta de alternativas de renda que propicie ao jovem melhores condições para se relacionar com outros jovens, oportunidades de esporte e lazer e o rompimento da sua dependência financeira com os pais.

Outro fator é a falta de perspectivas com relação à sucessão na herança da propriedade e a dificuldade do jovem em assumir seu espaço no gerenciamento da mesma e de aproveitar o maior potencial de conhecimentos e formação que este tem frente aos pais. Quando o jovem "volta" para a propriedade, em geral enfrenta grandes conflitos com a mentalidade dos pais sobre a melhor forma de gerir a propriedade.

A situação é agravada pelo êxodo maior de mulheres, pois estas têm chances muito menores de herdar ou gerenciar a propriedade. São, em geral, mais escolarizadas que os homens e têm maiores oportunidades de emprego na cidade, ainda que com salários menores.

A maioria dos jovens gostaria de ser produtor familiar no campo e demonstra ter conhecimento das dificuldades para se estabelecer na cidade. Mas fatores como a falta de terras para todos os(as) filhos(as), a dificuldade para continuar os estudos, os riscos e incertezas da atividade agrícola e principalmente, a falta de espaço e diálogo na família têm contribuído para a saída dos(as) jovens do meio rural.

O problema do êxodo do jovem afeta a disponibilidade de mão-de-obra na pequena propriedade familiar, dificultando a diversificação de atividades e a implantação de novas tecnologias de produção e de gestão. Muitos entrevistados relatam que, nas poucas propriedades em que o filho conseguiu "voltar" e assumir a gestão da propriedade, houve nítida melhoria na produtividade e na eficiência da gestão.

O papel do jovem é ressaltado também na introdução de novas atividades na propriedade. Foram eles que incentivam os pais a plantarem pomares de laranja, viabilizando a expansão da atividade e a instalação na região da

atividade extratora, assim como são eles que iniciam a apicultura, a piscicultura, etc.

A demanda por técnicos na região, na avaliação consensual dos entrevistados, está principalmente no aproveitamento destes na gestão de suas propriedades de origem.

O mercado de trabalho tradicional para o técnico, nos órgãos públicos de extensão e assistência técnica e nas empresas dos complexos agroindustriais, oferece hoje poucas vagas, sendo muito fechado e competitivo e sem perspectivas de crescimento. Além disso, oferece poucas possibilidades de ascensão salarial.

A perspectiva de aproveitamento dos técnicos nas suas propriedades de origem é coerente com as necessidades de atualização tecnológica e gerencial, tanto das propriedades que permanecem no sistema de integração, como das que buscam alternativas na diversificação produtiva e na cooperação para agregação de valor aos produtos da pequena propriedade familiar. No entanto, para ser viabilizada essa perspectiva são necessários: um enorme esforço educativo com o conjunto da família rural para amenizar os conflitos entre pais e filhos; a viabilização de atividades que permitam a independência financeira dos jovens e sua permanência na propriedade; e políticas públicas de melhoria da infra-estrutura no meio rural e de ampliação do acesso à terra para os jovens, ampliação das oportunidades de esporte e lazer no meio rural, entre outras.

Escola Agrotécnica Federal

A Escola Agrotécnica Federal de Concórdia – EAFC, localizada no município de Concórdia no oeste de Santa Catarina, iniciou seu funcionamento em 19 de maio de 1967, sendo que, em novembro de 1997, foi transformada em autarquia vinculada ao MEC, através da Semtec.

No início, os cursos da EAFC eram centrados na habilitação de técnico agrícola e, posteriormente de técnico em agropecuária, que foram ministrados concomitantemente com o Ensino Médio. Atualmente, além do curso técnico em agropecuária, a escola oferece concomitante com o Ensino Médio o curso de técnico em alimentos, o qual também é oferecido na condição de pós-

médio. Com os recursos do Proep,²⁸ a EAFC pretende ampliar sua grade de cursos, implantando os cursos de técnico em turismo e hospitalidade, técnico em informática e técnico florestal, na condição de pós-médio.

A EAFC, apesar de prever no seu projeto do Proep o fim do Ensino Médio a partir do ano de implantação, vem mantendo gestões junto ao MEC, conjuntamente com outras escolas técnicas agrícolas localizadas na região Sul do país,²⁹ para se manter o Ensino Médio da forma como está, isto é, concomitante, somente, com os cursos técnicos em agropecuária e alimentos, sendo que os novos cursos seriam oferecidos nas condições estabelecidas pelo Proep. Até o momento, não houve nenhuma resposta oficial do MEC quanto a esta solicitação.

Tal articulação baseia-se na especificidade do jovem do meio rural, no contexto da pequena produção familiar, da qual provém a maioria dos clientes da escola. Segundo a EAFC, os seus alunos são basicamente da região do oeste de Santa Catarina, do sudoeste do Paraná e do norte do Rio Grande do Sul, regiões em que predomina o sistema de produção agropecuário da pequena propriedade familiar, embora também seja procurada por jovens de outros lugares do país. Neste quadro, afirma a instituição, 90% dos seus alunos são provenientes do meio rural.

O jovem oriundo do meio rural, principalmente o característico da pequena produção agrícola familiar, enfrenta uma série de dificuldades e obstáculos para continuar os seus estudos, quais sejam:

- no meio rural não existem escolas de Ensino Médio, obrigando os(as) jovens (e adultos) que querem continuar seus estudos migrarem para a cidade, a qual nem sempre fica no município onde está localizada a propriedade de sua família;
- no deslocamento para a cidade, existem custos de manutenção e moradia do jovem, obrigando a família a arcar com estes. Segundo alguns entrevistados, a maioria das famílias não tem condição financeira para

²⁸ Contrato assinado recentemente, com a liberação de recursos previstas para julho/2000.

²⁹ Somente a EAF de Bento Gonçalves que não participou de tal solicitação dentre todas as escolas da região Sul.

sustentar estes custos. Assim, muitas vezes, recai sobre o próprio jovem a responsabilidade de sua manutenção, tendo este que dispor de parte de seu tempo para o trabalho, não podendo dedicar-se integralmente aos estudos. Em alguns casos, o jovem vai morar na cidade com parentes, o que ameniza seus custos de sobrevivência; e

- o transporte (rural-urbano) na região é relativamente caro, irregular e pouco freqüente, sendo muito difícil para o jovem conciliar a moradia no meio rural com a família e o estudo na cidade.

Mediante esse quadro de obstáculos ao estudo do jovem rural, a permanência do Ensino Médio, concomitante com o ensino técnico e o alojamento/alimentação oferecido pelas escolas agrotécnicas, são fundamentais para a continuidade da formação escolar principalmente, daqueles que têm dificuldades econômicas para se manter na cidade.

Outro aspecto que foi considerado por vários agentes locais na defesa da manutenção do ensino técnico concomitantemente com Ensino Médio é o papel que pode ter o técnico no desenvolvimento agropecuário da região, que necessita da volta do jovem formado para a sua propriedade de origem, sendo fundamental para isso manter as alternativas existentes para que aqueles do meio rural, principalmente, os mais carentes, continuem a estudar na EAFC.

A volta do aluno para a propriedade de origem, na perspectiva de alguns agentes, poderá contribuir para as mudanças necessárias no sistema de gestão da propriedade, na administração de custos, na implantação de inovações tecnológicas, no controle e no planejamento da produção, modificações que são fundamentais para garantir a sustentabilidade da pequena produção familiar na região.

A questão da gestão eficiente da propriedade, para as agroindústrias, está significando um novo padrão de exigência para a permanência do produtor no sistema de integração. Este desafio também está colocado para os excluídos da integração, que estão buscando novas alternativas de produção agrícola e não-agrícola e de agroindustrialização em pequena escala.

As novas exigências ecológicas de manutenção e preservação dos recursos naturais existentes também contam, segundo os agentes, nesta necessidade

dos técnicos voltarem para a propriedade, pois estes são mais receptivos às mudanças no sistema de produção que se farão necessárias.

No entanto, esta perspectiva do jovem como parceiro do pai na gestão da propriedade está longe de acontecer, pois a volta e integração do jovem nessas condições tem como pré-condição a mudança de uma série de valores culturais presentes na unidade familiar de produção. Há, ainda, muitas barreiras sociais, culturais e econômicas que impedem a volta do jovem como parceiro, as mais citadas entre os agentes foram:

- o pai, geralmente, não aceita a opinião do filho, principalmente quando está relacionada com mudanças no sistema produtivo ou na gestão financeira;
- a falta de renda específica para o jovem faz com que suas necessidades de sobrevivência, de convivência com outros jovens e de lazer fiquem subordinadas às vontades do pai;
- a falta de adequada infra-estrutura no meio rural visto que as estradas não são importantes somente para o escoamento da produção, mas também são necessárias para facilitar a ida dos jovens à cidade, aos eventos esportivos, aos bailes, etc.

A EAFC, desde o início, vem respondendo aos anseios e às demandas regionais, mantendo uma relativa integração com as agroindústrias que se consolidaram na região, tendo contribuído com a formação da mão-de-obra técnica necessária para difundir, no nível da pequena produção familiar, as inovações tecnológicas exigidas pelo padrão agroindustrial da região.

Os primeiros anos, as agroindústrias, principalmente a Sadia, tinham a pretensão de que os jovens formados pela EAFC voltassem para a propriedade, pois estes estavam em condições de implantar mudanças tecnológicas exigidas pelo sistema de integração no sistema de produção praticado pelos pequenos produtores familiares.

Este esforço pode ser notado já na segunda gestão da diretoria da EAFC, que foi ocupada por um diretor da Sadia, Armando Rodrigues de Oliveira, que nos primeiros anos de gestão respondeu pelas duas atividades e permaneceu no cargo por 14 anos, de 1967 até 1981. Foi o responsável por integrar a

escola às demandas nascentes na região e conformou os padrões de qualidade e a tradição que a EAFC procura manter.

A perspectiva da volta dos alunos para a propriedade de origem não ocorreu da forma que Atílio Fontana, fundador da Sadia e principal incentivador da implantação da EAFC, tinha imaginado. Formados, os técnicos foram absorvidos pela assistência técnica pública ou privada, de empresas e cooperativas, que se estruturaram na região. A assistência promovida pelas agroindústrias foram centralizadas, para melhor conduzir o processo de integração e de inovação tecnológica.

Além desse processo, os técnicos também foram contratados pelas empresas de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas e pelas empresas complementares (a montante e/ou a jusante) das agroindústrias. Alguns ainda foram absorvidos em outras regiões, sendo que outros seguiram profissões diversas ou foram para a universidade.

Neste sentido, a escola contribui com o fornecimento de mão-de-obra técnica qualificada para o desenvolvimento das agroindústrias na região, tanto na produção de carne, frangos e suínos, através do regime de integração, como na produção de grãos.

Portanto, uma característica da EAFC é que desde o seu início está integrada às demandas da agroindústria nascente, ao seu processo de inovação tecnológica e ao sistema de integração produtiva.

Após o período de Armando Rodrigues de Oliveira, houve um certo fechamento da escola para a região, que de acordo com os agentes locais, acabou ficando restrita às atividades de formação acadêmica dos alunos. Esse período acontece junto à consolidação da agroindústria, que já não mais demandava tanto por mão-de-obra técnica, e à crise de assistência técnica pública. É um período, segundo alguns agentes locais, de pouca integração da EAFC com o que acontecia na agropecuária da região, mantendo somente a relação acadêmica, já consagrada.

No início dos anos 90, ocorre uma inversão na postura da EAFC em relação à comunidade local, que passa a buscar uma integração com as empresas privadas da região, bem como com as administrações públicas municipais e

com os outros órgãos públicos, das esferas federal e estadual, e com as associações e cooperativas dos produtores.

A EAFC firma diversos convênios, parcerias e intercâmbios, buscando mediar os interesses de futuros parceiros com os objetivos da escola no atendimento às necessidades do aluno, ou seja, na qualificação técnica do aluno. A relação com as empresas privadas da região visa, basicamente, proporcionar estágios e conhecimento de técnicas atualizadas para os alunos.

- A escola também estabeleceu uma série de convênios a fim de ampliar as estruturas de ensino e pesquisa, abrir outros campos do ensino agropecuário (a piscicultura, por exemplo), implantar pequenas agroindústrias e oportunidades de estágios e, ainda, proporcionar recursos financeiros para a EAFC. Dentre todos os convênios, são relacionados os seguintes:
- Fundação Vitae: implantação de laboratórios de bromatologia e microbiologia, treinamento de laborista e cessão de acervo bibliográfico correspondente;
- Cidasc: operacionalização do laboratório de solos, voltado para as aulas práticas dos alunos e também para o atendimento da demanda dos produtores da região;
- Epagri: projeto de “Otimização da Tecnologia de Produção de Peixes de Água Doce”, experimentos conjuntos nas áreas de fruticultura, fomento da uva na região, leite, silvicultura, além dos estágios;
- Senac: parceria na contratação de professor, acervo bibliográfico, instalações de agroindústrias, estágio para os técnicos em alimentos;
- Embrapa: projetos de pesquisa em suinocultura e avicultura;
- Coop. Aurora/Acacitrus (Assoc. Catarinense de Citricultores)/Coop. de Prod. e Cons. de Concórdia Ltda: cooperação técnica nas área de agricultura e pecuária, implantação de laboratórios para estudo, capacitação e extensão, implantação de centro de referência na área de fruticultura;
- Sebrae: consultoria e apoio para a realização de cursos na área de turismo;
- Sadia: integração avícola; e

- Copérdia: parceria na área do leite.

Além das parcerias com as empresas públicas e privadas, a EAFC nos últimos anos constitui uma parceria com a CUT/Fretafesc/Deser/Apaco para a implantação do projeto Terra Solidária que vai além de dar somente o Ensino Fundamental para pequenos produtores familiares. A proposta de ensino do projeto compreende a formação em termos de: caracterização dos sistemas produtivos familiares e identificação de necessidades de reestruturação e reconversão produtiva da agricultura familiar; desenvolvimento solidário e sustentabilidade dos sistemas rurais e formas organizacionais da agricultura familiar; e projeto de desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar.

Esta parceria no campo sindical já tem a pretensão de progredir também para o Ensino Médio, ministrando o ensino técnico, sendo a EAFC responsável pela assessoria pedagógica e pela certificação.

Esse esforço da EAFC em constituir parcerias rendeu uma série de contatos de amplo espectro, da esfera privada e pública à sindical, bem como uma relação estreita da escola junto às administrações públicas locais, principalmente, os municípios localizados no Alto Uruguai, no oeste Catarinense.

No sentido de qualificar este relacionamento com as esferas públicas locais, cita-se como exemplo que as reuniões periódicas que a Amauc (Associação dos Municípios do Alto Uruguai) faz são realizadas na EAFC, e nessas reuniões sempre um dos pontos de pauta contempla a escola, no que se refere às suas demandas, necessidades e novos projetos acadêmicos, pesquisa e de estágio. Outro exemplo dessa integração com os municípios pode ser notada na proposta do prefeito de Itá, que quer ter uma extensão da escola no seu município, e para isso oferece o local e a contratação de professores para o curso de técnico em Turismo e Hospedagem, que a EAFC pretende iniciar com os recursos do Proep. A EAFC ficaria com a obrigação da assessoria pedagógica e com a responsabilidade da certificação. Nada disso foi concretizado ainda, mas está sendo analisado pela direção da escola.

A CUT e outros parceiros (a EAFC está nesta parceria), através do programa Terra Solidária, estão pretendendo, além da educação de Ensino

Fundamental de jovens e adultos do meio rural da região, formar técnicos agrícolas, em que a EAFC também faria a assessoria pedagógica e a certificação.

No âmbito da comunidade, a EAFC, junto com o Sebrae, vem formando produtores que buscam melhoria no seu processo produtivo, seja agricultura, piscicultura, produtos agroindustriais de pequena escala (embutidos), através de cursos de gestão empreendedora. Após os cursos, os produtores estão entrando em contato direto com os professores da EAFC para discutir resolver os problemas de gestão no seu empreendimento.

- A escola, no seu ambiente acadêmico, apresenta uma preocupação, tanto que criou a Cima (Comissão Interna de Meio Ambiente), com a participação de alunos, professores e funcionários. Através da Cima foi criado o Poles (Programa de Organização do Lixo Escolar), que constitui referência para outras escolas. Após a implantação desse programa, o destino do lixo escolar está sendo o seguinte:
- o papel é reciclado na própria escola, sendo que a escola promove cursos de reciclagem de papel para a comunidade e o produto da reciclagem é aproveitado na escola;
- plásticos, metais e vidros são vendidos ou algumas vezes doados para instituições sociais;
- a parte orgânica vai para a compostagem;
- o lixo da enfermaria é queimado; e
- o lixo grosseiro é retirado pela prefeitura de Concórdia.

A participação e o trabalho na Cima e no Poles é opcional, pois é considerada uma atividade extra-curricular em que os alunos recebem certificado. Na escola, toda a atividade deste tipo é certificada, como os cursos de curta duração, a participação na cooperativa da escola, nas pesquisas, entre outras atividades.

As parcerias constituíram um instrumento de integração entre a EAFC e a comunidade local e regional, mas a parceria, conforme alguns agentes locais, não resolve os problemas financeiros da escola, principalmente seus custos

com manutenção, e o seu déficit orçamentário. Os recursos da parceria ficam retidos na atividade compreendida na parceria, sobrando poucos recursos para escola em geral. Segundo a EAFC, em 1999 o custo da escola ficou em torno de R\$ 900 mil/ano e os recursos oriundos de parceria ficaram em torno de R\$ 200 mil, parâmetros que servem para exemplificar que as parcerias são importantes na integração da escola ao local em que está inserida, mas não resolvem seus problemas de custo e de déficit orçamentário.

A escola com seu processo de integração local se adianta ao Proep e os recursos do programa, que estão sendo liberados este ano, a partir de julho, vem para corroborar com as propostas que já foram discutidas com a sociedade local, e para contribuir na implantação dos cursos pós-médio de técnico em turismo e hospitalidade, técnico em informática e técnico florestal, sendo que a escola também pretende montar um curso técnico de gestão ambiental, mas este curso não foi previsto no projeto do Proep aprovado, e, portanto, ainda não há recursos para sua implantação, somente intenção.

A expansão de cursos e de estruturas previstas no Proep não resultaram em aumento significativo de custos de manutenção, pois não será construído nenhum prédio novo, não ocorrerá ampliação das estruturas da escola, como o aproveitamento e reforma das já existentes. O problema está na contratação de novos professores para os novos cursos que serão criados, pois não receberam autorização para realizar concursos. Em termos de receita própria, a EAFC espera um incremento de 40%.

O projeto do Proep e EAFC foi centralizado pela integração que a escola mantém com os agentes locais e regionais, e se nota a importância disso no processo de formulação de novos cursos, realizado com a participação dos agentes, e como esses novos cursos respondem às demandas de mão-de-obra qualificada e técnica na região:

- o turismo está se expandindo com a conclusão das hidroelétricas; há varias estruturas de turismo se estabelecendo no entorno do lago das represas; e ainda, há o turismo ligado às festas regionais e a possibilidade de se estruturar o turismo rural;
- a alternativa florestal se expande em todo o Estado;

- a demanda por técnicos em alimentos não é mais só da grande agroindústria, mas também das agroindústrias de pequena escala que estão se estabelecendo na região; e
- preservação e manutenção dos recursos ambientais vêm sendo o novo momento na região em termos de estruturação produtiva.